

Sarney

Notas e informações

-2 JUL 1988

O avesso da realidade

Conversando ao pé do rádio, antes de viajar à China, o presidente da República declarou que queria "retificar um noticiário equivocado, segundo o qual nestes três anos de governo havíamos contratado novos funcionários para o serviço federal". E acrescentou: "A informação não é verdadeira, faz parte mais uma vez daquela campanha tendente a dizer coisas que não são verdadeiras e que pretendem atingir o governo". Em seguida, para dar força à réplica em que se empenhava, s. exa. fez questão de lembrar: "Em meu governo ocorreu a extinção de 11.904 vagas, resultantes de aposentadorias e demissões de funcionários...". Para remate, proclamou o sr. José Sarney: "O que eu posso afirmar é que durante meu período de governo o número de funcionários públicos diminuiu". Ora, a 16 de outubro de 1987 o *Jornal do Brasil*, recorrendo a dados do Ministério do Trabalho, divulgou que os órgãos da administração pública federal tinham contratado, entre fevereiro e agosto daquele ano, sob regime da CLT, 119.893 pessoas; e demitido 86.449 — o que correspondia a um saldo de 33.444 contratações.

Como explicar o noticiário de 16 de março deste ano, dando conta de que projeções realizadas com números do Ministério da Fazenda indicassem que seis meses depois, em setembro, a despesa de pessoal do governo empataria com as receitas disponíveis pela União?

Se o número de funcionários houvesse efetivamente decrescido, o problema não existiria. O que há, na verdade, é uma distorção: no quadro de pessoal do serviço público federal foram extintas as vagas

mencionadas, referentes a cargos de carreira cujos ocupantes, pelos motivos referidos, os deixaram vagos. Mas isso não importa em economia, visto que o empreguismo se faz por via de contratações formalizadas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Usando a facilidade de *assinar a carteira*, o governo praticou uma política (?) de pessoal que aponta para o caos. Esgota suas receitas, enquanto promete, precisamente, reduzir esse tipo de dispêndio; e induz, por palavras travesas, o público a crer que esteja cobrindo o objetivo proposto.

A realidade é oposta. O *venha a nós* se reveste de tamanha cota de abusos que foi necessário acometer contra a URP... O governo ignora qual é a *folha* com que lhe cumpre arcar. É de 10 de maio (não há dois meses!) a notícia estampada no *Jornal da Tarde*: "Até outubro do ano passado a folha de pagamentos do governo federal tinha 577.481 funcionários, 23.300 com *holeriths* duplos. Os inativos e pensionistas chegavam a 350 mil. Esta folha consumiu 17% do orçamento da União. Em janeiro deste ano, com a liberação das contratações, o governo acabou perdendo o controle desse número e já não sabe exatamente quantos funcionários tem". Há pior, porém. Sabe-se que há 1,6 milhão de pessoas empregadas na administração direta, na administração indireta e nas autarquias: estão na *folha* da União, mas os que desempenham atividade são cerca de 571 mil (número que quase *bate* com o de 577 mil citado antes).

O governo Sarney tem mais de três

anos, porém ignora quase tudo a respeito dos recursos humanos de que poderia dispor — e vai em frente (ou para trás?). Entre 1986 e 1987 foram extintos oito órgãos da administração, direta e indireta, enquanto se criaram, no mesmo âmbito, outros 86 órgãos! Nesse ínterim, a conversa é sempre a mesma: reforma administrativa, remanejamento e corte de pessoal, racionalização de gastos etc. E o poder da burocracia cresce, as pressões aumentam, a máquina estatal se assemelha cada dia mais a barco perdido na tempestade. Só em março deste 1988 se soube que estava sendo feito, pela primeira vez, o censo do funcionalismo federal. Pois não é preciso ser profeta para afirmar que ele não será concluído no prazo do mandato de cinco anos. Afinal, a quem interessa? Não, positivamente, a quem recebe; e como quem paga, isto é, o contribuinte, não dispõe de meios de levar a termo esse recenseamento, o que se fez foi só *falar* nele; jamais se irá completá-lo e, tão importante quanto tê-lo pronto, extrair dele providências adequadas a gastar menos.

Sendo assim, seria preferível que o presidente da República, ao abordar espontaneamente o tema, não ficasse no meio-tom ou na meia-revelação; não aludisse à extinção de cargos, sem mencionar a multiplicação de *funções*. O Poder Executivo não pode ser exercitado senão para defender ou promover o interesse coletivo. Não o está sendo, infelizmente; mas, lamentavelmente é isso o que acontece, não cabe espalhar versões tendentes a mostrar o avesso dos fatos. Recomendar que seja assim será pedir demais?